



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DA PARAÍBA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO:
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

LUIS ANTONIO DA SILVA

**APRENDIZAGEM E ACESSIBILIDADE DE ALUNO COM
DEFICIÊNCIA FÍSICA EM ESCOLAS PÚBLICAS**

CAMPINA GRANDE

2014

LUIS ANTONIO DA SILVA

APRENDIZAGEM E ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA FÍSICA EM ESCOLAS PÚBLICAS

Monografia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de especialista em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares.

Orientação: Prof^ª. Ma. Francisca Luseni Machado Marques

Campina Grande

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586a Silva, Luis Antonio da
Aprendizagem e acessibilidade de aluno deficiência física em
escolas públicas [manuscrito] / Luis Antonio da Silva. - 2015.
39 p.

Digitado.
Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas
Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-
Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação a Distância, 2015.
"Orientação: Profa. Ma. Maria Francisca Luseni Machado
Marques, PROEAD".

1.Inclusão social. 2.Deficiente Físico. 3.Aprendizagem. 4.
Acessibilidade. I. Título.

21. ed. CDD 371.9

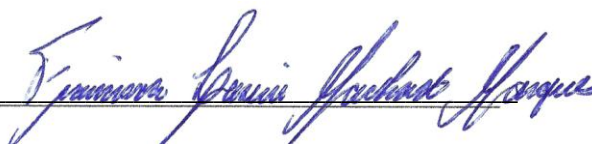
LUIS ANTONIO DA SILVA

APRENDIZAGEM E ACESSIBILIDADE DE ALUNOS COM
DEFICIÊNCIA FÍSICA EM ESCOLAS PÚBLICAS


Monografia apresentada a Universidade Estadual da Paraíba, em convênio com a Secretaria de Estado da Educação da Paraíba, em cumprimento a exigência para obtenção do grau de especialista em Fundamentos da Educação: práticas pedagógicas interdisciplinares.

Aprovada em: 06 /12 /2014

BANCA EXAMINADORA



Profa. Ma. Francisca Luseni Machado Marques (Orientadora)



Examinadora



Examinador

À Senhora Helenita Maria dos Santos, minha Mãe,
em reconhecimento ao seu legado e pela gratidão
de seus ensinamentos e incentivos que foram
determinantes na edificação de minha formação
moral, intelectual e profissional. DEDICO

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus e às pessoas que de diversas formas contribuíram para a realização desse trabalho;

A Minha família, pelo amor, carinho, dedicação e apoio em todos os momentos;

Aos inesquecíveis amigos, que deixarão muitas saudades: Edna, Diógena, Ana Paula e Suenio;

A Minha orientadora Luseni pela paciência, dedicação e apoio;

Aos professores pelos conhecimentos e experiências transmitidos;

Aos colegas de classe pela convivência;

A todos os amigos de longe ou próximo, que contribuíram por mais essa conquista, em especial, Maria Aparecida e Wellington Candido.

“Nós não devemos deixar que as
incapacidades das pessoas nos
impossibilitem de reconhecer suas
habilidades”

(HALLAHAN; KAUFFMAN, 1994).

RESUMO

O presente estudo focaliza a acessibilidade e a aprendizagem de alunos com deficiência física em escolas públicas da cidade de Itabaiana, PB. As leis para alunos com deficiência física, para que faça parte da escola inclusiva, apresentam possíveis adaptações no ambiente escolar e estratégias de ensino às necessidades desse aluno. O conhecimento sobre o tema foi subsidiado segundo os procedimentos da pesquisa exploratória e bibliográfica. Além da contextualização das escolas e a coleta de dados em campo, as respostas de três alunos com deficiência física motora foram registradas em formulário, utilizando-se a análise qualitativa para a apresentação dos dados obtidos. O estudo apresenta as principais dificuldades encontradas por alunos para se chegar às respectivas escolas, devido à falta de adaptações na estrutura física que se confundem com as reais condições de aprendizagem. Embora existam leis que facilitem acessos de pessoas especiais, bem como a uma educação de qualidade, demanda seu efetivo cumprimento ao atendimento do aluno com deficiência física no contexto da escola inclusiva.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiente Físico. Aprendizagem. Acessibilidade.

ABSTRACT

The present study focuses on accessibility and the learning of students with disabilities in public schools in Itabaiana, PB. Laws for students with physical disabilities to be part of the inclusive school, present possible adaptations in the school environment and teaching strategies to the needs of that student. The knowledge on the subject was subsidized under the procedures of exploratory and literature. Beyond the context of schools and the collection of field data, the responses of three students with disabilities were registered in motor form, using the qualitative analysis for the presentation of data. The study presents the main difficulties encountered by students to reach their schools due to lack of adaptations in physical structure to be confused with the actual conditions of learning. Although there are laws that facilitate access to special people, as well as quality education, demand effective compliance assistance to the student with disabilities within inclusive school.

Keywords: Inclusion. Disability. Learning. accessibility

LISTA DE SIGLAS

SEE - Secretaria da Educação Especial

DPDs - Pessoas Portadoras de Deficiência

PDFs - Pessoas com Deficiência Física

IPPD - Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBEN - Diretrizes e Bases da Educação Nacional

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

ONU - Organização das Nações Unidas

ENE - Educação de Necessidades Especiais

LNEB - Diretrizes Nacionais para a Educação Básica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	INCLUSÃO ESCOLAR: APRENDIZAGEM E ACESSIBILIDADE	14
2.1	Aspectos legais da inclusão	14
2.2	Leis que garante dignidades às pessoas com necessidades especiais	16
2.3	Movimentos sociais para a inclusão	17
2.4	A deficiência física	19
2.5	Inclusão escolar: a aprendizagem e a acessibilidade do deficiente físico	20
3	METODOLOGIA	24
3.1	Participantes da pesquisa	25
4	A ANÁLISE DOS DADOS	26
4.1	O contexto das escolas em estudo	26
4.2	A perspectiva de alunos sobre inclusão	29
5	Considerações finais	35
	REFERÊNCIAS	37
	APÊNDICE: Modelo de formulário para alunos com deficiência física motora....	39

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, segundo o Censo Demográfico 2000 (BRASIL, 2002, s. p.) a população de Pessoas Portadoras de Deficiência (DPDs) é de 14,5% dos brasileiros, cerca de 24,5 milhões de pessoas, sendo registrado na Paraíba maior número de casos de deficiência (18,73%). Embora o percentual de Pessoas com Deficiência Física (PDFs) na Paraíba tenha sido considerado pequeno (0,9%), totalizam 937.463 indivíduos, destes 98.974 são crianças com idade até 14 anos. Portanto, essa questão não deve passar despercebida pela sociedade e, em especial, pela escola.

A inclusão de alunos com deficiência em escolas regulares tornou-se um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.934/96), mas a efetivação da mudança do paradigma que impedia o acesso à escola caminha lentamente. Para o cumprimento desse direito de educação inclusiva impõe-se, atualmente, necessidade de uma discussão permanente, na perspectiva de uma melhor organização e atendimento ao educando com necessidades educacionais especiais. Ou seja, uma educação inclusiva que receba o aluno com deficiência e dê condições para que possa exercer seus direitos relacionados ao cumprimento de sua inclusão na escola.

De acordo com o decreto 3298/99, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (IPPD), “[...] a deficiência física ocorre quando há alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física [...]” (BRASIL, 1999). O que implica escolas sem rampas e corrimões, salas apertadas, sanitário não adaptado, inadequações para locomoções como algumas das dificuldades que o aluno com deficiência física, geralmente, enfrenta no ambiente escolar.

As complicações que decorrem da deficiência física levam as pessoas à limitação da mobilidade e da coordenação geral, comprometendo a função da aprendizagem. Pois, para Ampudia (2011, s. p.): “As crianças com deficiência física, em geral, têm dificuldades para escrever, em função do comprometimento da coordenação motora. O aprendizado pode se tornar um pouco lento [...]”. O que demanda habilidade adequada por parte daqueles que compõem a unidade de ensino.

Tais inquietações levam à investigação no sentido de compreender limitações vivenciadas pelo aluno com deficiência física, procurando responder a questão central: Como os alunos de escolas públicas que apresentam deficiências físicas percebem suas condições de aprendizagem e de acessibilidade no ambiente escolar?

O problema que destacamos é a falta de acessibilidade não apenas como um problema estrutural físico, mas um dos requisitos que impedem a efetivação da cidadania. Consideramos importante à realização dessa pesquisa por que: o conhecimento obtido contribuirá como forma de sensibilização para a inclusão; poderá favorecer uma categoria de pessoas especiais; volta-se à política social de acessibilidade para pessoas especiais; enfim, situa a questão da cidadania e o direito à educação como uma das metas prioritárias da vida humana.

Estes motivos foram considerados importantes para a obtenção do conhecimento em fontes teóricas que tratam o tema. Os resultados podem levar à reflexão para promoção do acesso e permanência do deficiente físico na escola. O formulário foi o instrumento utilizado para a coleta de dados de três alunos com deficiência física motora, em escolas públicas, da cidade de Itabaiana, PB, tendo como principais objetivos: Analisar a relação entre aprendizagem e acessibilidade na vida escolar; Verificar principais dificuldades de acessibilidade no ambiente escolar; Entender sobre a questão de acessibilidade no espaço da escola; Compreender o que pensam em relação à escola.

Portanto o presente trabalho mostra em um primeiro momento o estudo bibliográfico quanto a seus aspectos históricos da inclusão social e algumas legislações que garantem o direito da oportunidade de inclusão de pessoas com deficiências. Em seguida, tratamos da metodologia adotada como procedimento adequado no estudo científico; na análise dos dados, nos referimos à contextualização das escolas em estudo e as respostas dos alunos com deficiência física, conforme procedimentos da pesquisa qualitativa; e, concluímos com as considerações finais.

2 INCLUSÃO ESCOLAR: APRENDIZAGEM E ACESSIBILIDADE

É preciso escolher entre a escola que seja mais fácil
para o professor ensinar e a escola que
seja mais fácil para o aluno aprender
(TOLSTÓI)

2.1 Aspectos legais da inclusão

Há uma crescente consciência sobre as dificuldades das pessoas especiais, havendo cada vez mais ferramentas para ajudá-las a suprir numerosas carências; ao mesmo tempo, há também uma clara censura na mídia sobre as temáticas da deficiência. Esta censura está ligada à dificuldade de se conceber como totalmente “nossos”, aqueles que têm uma clara dependência dos outros, na sociedade pós-moderna baseada no mito da autonomia e da independência. Esta censura também se reflete no tratamento ruim de saúde que as pessoas com deficiência recebem especialmente as pessoas com deficiência mental, mesmo nas nações autoproclamadas civilizadas. Portanto, essa é uma questão afeta milhões de pessoas, mas tem pouco espaço nos meios de comunicação.

Para dar um parecer sobre os cuidados e direitos das pessoas com deficiência, deve-se conversar com elas próprias. A pessoa com deficiência deve estar no centro do seu tratamento e as associações dos portadores de necessidades especiais devem sempre ser ouvidas pelos responsáveis das políticas sociais. Precisamente porque a pessoa com deficiência tem direito à saúde, a assistência aos deficientes doentes deve ser organizada de melhor maneira, especialmente quando se trata de pessoas que não podem expressar-se. É necessária uma forte aliança entre família, governo, mundo médico e pessoa com deficiência, a fim de se reconhecerem os sinais e sintomas e serem superadas as barreiras e discriminações ainda presentes na sociedade.

Figueiredo (2009, p.121), afirma que a Educação Infantil é a porta de entrada pra inclusão escolar, sendo “[...] este nível de ensino marcado pelo desenvolvimento das aquisições lingüísticas, atitudinais, afetivas, sociais e psicomotoras, em que as crianças interagem com muito mais liberdade.” O ambiente escolar é para qualquer criança o espaço por natureza de interação de uns com os outros. É nesse espaço que vemos estabelecer a comunicação e sentir a necessidade de se locomover. O aprendizado de habilidades ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança

com deficiência física não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido.

Segundo conceitos provenientes do Ministério da Educação e, em particular, da Secretaria da Educação Especial (SEE) (BRASIL, 2006), é importante evidenciar que a deficiência deve ser considerada como uma diferença que faz parte da diversidade e não pode ser negada, porque “[...] ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas”. Segundo a Declaração de Salamanca, para promover uma Educação Inclusiva, os sistemas educacionais devem assumir que “[...] as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve se adaptar às necessidades das crianças ao invés de se adaptar a criança a assunções preconcebidas a respeito do ritmo e da natureza do processo de aprendizagem” (BRASIL, 1994).

Toda criança tem direito a escola, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990). Porém, esse direito não se estende para pessoas com algum tipo de necessidade especial. Algumas escolas não estão preparadas pedagogicamente e estruturalmente para receber essas crianças. Pessoas consideradas especiais apresentam alguma dificuldade em realizar atividades próprias do seu nível de desenvolvimento, que podem ser física ou mental.

A inclusão escolar de alunos com deficiência em escolas regulares é um direito garantido Pela Lei n.9.934/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BRASIL, 1996), afirma que a oferta da educação especial enquanto dever constitucional do Estado deve ter início na Educação Infantil, na idade de zero a cinco anos. Estamos convivendo com o movimento chamado Inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino. Mas, existem muitas adaptações a serem feitas para favorecer as crianças com deficiência física na educação infantil, onde a realidade é que muitas escolas brasileiras e as famílias não estão preparados para garantir o desenvolvimento pleno e escolar dessas crianças.

Muitas são as dificuldades e barreiras que as crianças com deficiência física encontram na escola, por isso nem todas vão à escola por não ter a acessibilidade. Na busca de uma sociedade mais interativa nos deparamos com a acessibilidade um fator integrante do processo inclusivo constituindo um desafio a ser superado, pois são muitas dificuldades e barreiras encontradas no acesso e nas práticas pedagógica dos professores.

2.1 Leis que garante dignidades às pessoas com necessidades especiais

No Brasil, a Lei de Diretrizes e bases em 1996, refere-se sobre o estar preferencialmente incluída, mas também haverá quando necessário serviço de apoio especializado na escola regular para atender as peculiaridades e que o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre em que função das condições específica do aluno não for possível sua integração nas classes comuns do ensino regular.

Com a resolução n.2|2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (LNEB) houve um avanço na perspectiva da universidade e atenção á diversidade, na educação brasileira, com a seguinte recomendação: Os sistemas de ensinos devem matricular todos os alunos, cabendo ás escolas organizar-se para o atendimento aos educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para a educação de qualidades para todos.

Em reunião técnica com os procuradores da republica e promotores da justiça promovida pelo Departamento dos direitos humanos (Ministério da Justiça) e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Ministério Público Federal), destacaram como dificuldades para o acesso ao sistema de ensino: as barreiras arquitetônicas, a deficiente qualificação dos profissionais da rede de ensino, a resistência do sistema educacional em receber alunos com deficiência em seus estabelecimentos de ensino, a inexistência de material adequado para o atendimento do aluno, o numero excessivo de alunos em sala de aula,dificultando o acesso e permanência com qualidade do aluno com deficiência,a insuficiência de transporte publico adequado até o estabelecimento de ensino e inexistência de dados que identifique a demanda não atendidos pelo sistema de ensino.

A Lei Nº 10.098/2000 estabelece normas e critérios para promover a acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. De acordo com ela, acessibilidade significa dar a essas pessoas condições para alcançarem e utilizarem, com segurança e autonomia, os espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, as edificações, os transportes e os sistemas e meios de comunicação. Para isso a lei prevê a eliminação de barreiras e obstáculos que limitem ou impeçam o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança dessas pessoas.

As barreiras a serem eliminadas podem estar nas vias e nos espaços públicos, no interior dos edifícios públicos e privados, no mobiliário urbano (semáforos, postes de sinalização, cabines telefônicas, fontes públicas, lixeiras, toldos, marquises, quiosques etc.) ou nos meios de transporte e de comunicação. Neste último as barreiras impedem a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação de massa ou não.

“Desculpe, não estamos preparados”. Pais de crianças com deficiência precisam saber: argumento como esse não pode impedir o filho de estudar. Professores e gestores devem lembrar: não há respaldo legal para recusar a matrícula de quem quer que seja. As leis que garantem a inclusão já existem a tempo suficiente para que as escolas tenham capacitado professores e adaptado a estrutura física e a proposta pedagógica. "Não aceitar alunos com deficiência é crime", alerta Eugênia Augusta Gonzaga Fávero (2004), procuradora da República em São Paulo. A legislação brasileira garante indistintamente a todos o direito à escola, em qualquer nível de ensino, e prevê, além disso, o atendimento especializado a crianças com necessidades educacionais especiais. Esse atendimento deve ser oferecido preferencialmente no ensino regular e tem nome de Educação Especial. A denominação é confundida com escolarização especial. Esta ocorre quando a criança frequenta apenas classe ou escola que recebe apenas com algum tipo de deficiência e lá aprende os conteúdos escolares. Isso é ilegal. No entanto, ela deve ser matriculada em escola comum, convivendo com quem não tem deficiência e, caso seja necessário, têm o direito de atendimento no contraturno em uma dessas classes ou instituições, cujo papel é buscar recursos, terapias e materiais para ajudar a inserção desse estudante na escola comum.

O discurso sobre a escola, uma das mais importantes instituições da modernidade, está histologicamente articulado ao da construção dos estados nacionais e de uma cidadania e culturas comuns a todos e todas.

A escola pública, gratuita e obrigatória do século XX é herdeira da do século anterior, encarregada de missões históricas de grande importância: criar um único povo, uma única nação, anulando as diferenças entre os cidadãos considerados como iguais diante da lei. A tendência principal foi equiparar igualdade à homogeneidade. Se os cidadãos eram iguais diante da lei, a escola devia contribuir para gerar esses cidadãos, homogeneizando as crianças, independentemente de suas diferentes origens. Encarregada de homogeneizar, de igualar, esta escola mal podia apreciar as diferenças (LERNER, 2007, p.7).

Neste contexto, particularmente a partir dos anos 90, a palavra inclusão vem se afirmando cada vez com mais força no âmbito principalmente das políticas públicas de caráter social. Políticas inclusivas, inclusão digital, escola inclusiva etc. As expressões se multiplicam. Ao mesmo tempo, as palavras justiça sociais, dignidade e igualdade, palavras-forças, que em décadas anteriores foram fortemente mobilizadoras de muitas buscas no âmbito socioeducativo, são minimizadas nas discussões e perdem vigor no espaço simbólico.

2.3 Movimentos sociais para a inclusão

A Inclusão é um movimento mundial de luta das pessoas com necessidades especiais e seus familiares na busca de seus direitos e lugar na sociedade. Os movimentos mundiais, organizada oficialmente pela Organização das Nações Unidas (ONU), surgiram em consequência de outros movimentos sociais, que questionavam o modo como os direitos humanos vinham sendo tratados.

A década de 90 marca muito bem esses movimentos, primeiramente com a Conferência Mundial de Educação para Todos, organizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a ONU. A Conferência contou com a participação de 155 governos e foi realizada na Tailândia (1996) e resultou a publicação da “Declaração Mundial sobre a Educação para Todos”. No ano de 1994, na Espanha, aconteceu a Conferência Mundial sobre a Educação de Necessidades Especiais, que culminou com a criação da Declaração de Salamanca e o Plano de Ação para a Educação de Necessidades Especiais. Esses documentos serviram e ainda servem como referência para construção nacional da proposta inclusiva e para a criação de documentos oficiais brasileiros que definem o conceito de inclusão e que orientam seu processo de implantação.

A inclusão postula uma reestruturação do sistema educacional, ou seja, uma mudança estrutural no ensino, cujo objetivo é fazer com que a escola se torne inclusive, um espaço democrático e competente para trabalhar com todos educando, sem distinção de raça, classe, gênero ou característica pessoais, baseando-se no princípio que a diversidade deve não só ser aceita como desejada (BRASIL, 2004, p. 34).

Para haver inclusão, não basta apenas está apenas garantido na legislação, mas demandar modificações profundas e importantes no sistema de ensino. Essas mudanças deveram levar em conta o contexto sócio econômico.

O ano de 2002 aconteceu à primeira Conferência da Rede Liberoamericana de Organizações Não Governamentais de Pessoas com Necessidades Especiais e suas Famílias, em Caracas, considerando que é compromisso de todos os esforços em elevar a qualidade de vida de pessoas com deficiências e suas famílias serviços de qualidades como saúde, educação, moradia e trabalho e ficou declarado que o ano de 2004, como ano das pessoas com deficiência e suas famílias.

2.4 A deficiência física

Refere-se à alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Quadro 1: Tipos de Deficiência Física

Tipo	Definição
Paraplegia	Perda total das funções motoras dos membros inferiores.
Paraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores.
Monoplegia	Perda total das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
Monoparesia	Perda parcial das funções motoras de um só membro (inferior ou posterior)
Tetraplegia	Perda total das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
Tetraparesia	Perda parcial das funções motoras dos membros inferiores e superiores.
Triplegia	Perda total das funções motoras em três membros.
Tri paresia	Perda parcial das funções motoras em três membros.
Hemiplegia	Perda total das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou esquerdo)
Hemiparesia	Perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo (direito ou

	esquerdo)
Amputação	Perda total ou parcial de um determinado membro ou segmento de membro.
Paralisia Cerebral	Lesão de uma ou mais áreas do sistema nervoso central, tendo como consequência alterações psicomotoras, podendo ou não causar deficiência mental.
Ostomia	Intervenção cirúrgica que cria um ostoma (abertura, ostio) na parede abdominal para adaptação de bolsa de coleta; processo cirúrgico que visa à construção de um caminho alternativo e novo na eliminação de fezes e urina para o exterior do corpo humano (colostomia: ostoma intestinal; urostomia: desvio urinário).

Fonte: A Inserção da pessoa portadora de deficiência e do beneficiário reabilitado no mercado de trabalho; MPT/Comissão de Estudos para inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho - Brasília/DF – 2001.

2.5 Inclusão escolar, aprendizagem e acessibilidade para o deficiente físico

O tema inclusão escolar tem sido bastante debatido dentro da comunidade escolar e das instancias responsáveis pelas políticas educacionais. Essa política educacional tem como proposta envolver todo o modelo escolar, uma vez que seu objetivo é construir uma escola onde todos possam usufruir e se beneficiar de um ensino de qualidade, voltada a aprendizagem pautada no respeito às diferenças e na promoção dos direitos humanos.

Ao fazer considerações a respeito do bem-estar da criança, os princípios da Doutrina de Proteção Integral preconizada pelas Nações Unidas, aprofunda o disposto na Constituição, consolida em O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990, p. 25) a ordem jurídica:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder político [...] assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Aceitar um portador com necessidade especial é aceitar também suas diferenças e limitações. Incluir não é apenas colocar diante de uma sociedade e sim é da condição de se permanecer, é ter seus direitos básicos respeitados por todos.

O tema inclusão como o próprio nome diz e Werneck (1997) traduz inclusão como uma forma de humanizar caminhos, ou seja, traçar caminhos fáceis e possíveis para que levem de fato a inclusão.

Como a LDBEN garante o direito dessas crianças atendimento preferencialmente na rede regular de ensino, com respeito a sua habilidade e individualidade, cabendo ao professor buscar esses caminhos que levem ao desenvolvimento do portador de necessidades especiais.

Grande parte da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Muitos jovens com deficiência física não podem viver em condições de dignidade devido a obstáculos e barreiras arquitetônicas presentes no meio urbano e escolar. Ainda que haja legislação que preconize seu atendimento, sabemos que grande parcela da população se encontra excluída e segregada, não recebendo atendimento adequado para que ocorra sua inclusão na sociedade. É preciso criar oportunidades para que as pessoas com necessidades especiais se insiram na sociedade de forma igualitária e possa exercer sua cidadania com dignidade.

É sabido que numa sociedade capitalista centrada nas questões de produção, discutir e promover espaços de inclusão e integração social de pessoas que não correspondem ao perfil produtivo esperado é algo ainda polêmico e de pouca expressão social. Contudo, muitos movimentos veem sendo feitos no sentido de reverter este quadro.

A inclusão é um movimento mundial de lutas, cujos objetivos é usado quando se busca qualidades para todas as pessoas com ou sem deficiências; Para falar em inclusão escolar é preciso repensar o sentido que está atribuindo á educação, além de atualizar nossas concepções e resignificar o processo de construção de todo o individuo, compreendendo a complexidade e a amplitude que envolve essa temática. Segundo Kunc (1992): “O principio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunicação humana. Quando a educação é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo”.

Há certa resistência entre os professores e gestores escolar, manifestadas através de questionamento e queixas ou ate mesmo expectativas de que possamos apresentar soluções mágicas, de aplicação imediata causando certa decepção e frustrações, pois ela não existe. O problema se agrava quando o professor é totalmente dependente de apoio ou assessoria da área da saúde, nesse caso a questão clinica se sobressai e, novamente, o pedagógico fica esquecido.

Com isso o professor se sente desvalorizado e fora do processo por considerar esse aluno doente concluindo que não pode fazer nada por ele, pois o mesmo precisa de tratamento especializado da clinica.

Parece que o professor está esquecendo o seu papel, porém não se considera o momento do professor, sua formação, às condições da própria escola em receber esses alunos. Enquanto que na escola, ainda, continuam excluídos de todo o processo do ensino e aprendizagem social, causando frustrações e fracassos, dificultando, assim, a proposta de inclusão.

Professores julgam-se incapazes de dar conta dessa demanda, pois, encontram-se despreparados e impotentes frente a essa realidade que é agravada por falta de apoio adequado tanto no administrativo quanto nos recursos financeiros. Observa-se com frequência, a dificuldade dos professores, a partir da sua fala carregada de preconceito e estigma e medo diante de um aluno especial. Esse profissional encontra-se perdido de como trabalhar com pessoas tão diferentes na parte psicológica: os professores estão despreparados para atender melhor o aluno especial. Nesse sentido, Figueira (1995, p. 63), afirma que:

[...] palavras são expressões verbais de imagens construídas pela mente. Às vezes o uso de certos termos, muito difundidos e aparentemente inocentes, reforça preconceitos. Além dessas falas temos observados, os que provocam o afastamento, o estigma e conseqüentemente o preconceito. O professor desconhece quem é esse sujeito, suas possibilidades, seus desejos, suas dificuldades e limitações.

Aliado a esse contexto econômico, encontramos dificuldade do ponto de vista econômico, principalmente nos pequenos municípios, que analisam o custo benefício da acessibilidade, como adaptar ônibus com custo elevado para o numero insignificante de pessoas com necessidade especial. Por trás disso, sabe-se que tem a ideia, que pessoas especiais são improdutivas e por isso pouco se investe. Contudo esse posicionalmente dificulta a entrada na escola e no trabalho, acentuando assim a sua condição em relação a outras pessoas.

Cabe salientar ainda que para a ONU, alguns fatores ainda interferem na inclusão: ignorância, negligência e superstição e o medo (WERNEK, 1997). Esses fatores são mantidos certamente pela desinformação a respeito das deficiências e inclusão.

Acessibilidade consiste na possibilidade de acesso a um lugar ou conjunto de lugares. Significa não apenas permitir que pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida

participem de atividades que incluem o uso de produtos, serviços e informação, mas a inclusão e extensão do uso destes por todas as parcelas presentes em uma determinada população, visando sua adaptação e locomoção, eliminando as barreiras.

Na arquitetura e no urbanismo, a acessibilidade tem sido uma preocupação constante nas últimas décadas. Atualmente estão em andamento obras e serviços de adequação do espaço urbano e dos edifícios às necessidades de inclusão de toda população, visando eliminar os obstáculos existentes ao acesso, modernizando e incorporando essas pessoas ao convívio social, possibilitando o ir e vir.

3 METODOLOGIA

Toda construção de monografia tem como fundamento um objetivo a ser alcançado. O sucesso dessa trajetória implica na ordenação adequada de um caminho a seguir. Com esse propósito, tivemos como recurso para a obtenção do conhecimento teórico o estudo de textos de autores que tratam sobre a educação especial, em sua especificidade à inclusão e acessibilidade do deficiente físico na escola. Essas compreensões deram-se por meio de procedimentos da pesquisa bibliográfica, bem como de documentos regulamentadores de políticas para pessoas especiais.

Tais estudos fundamentaram os procedimentos da pesquisa exploratória e de campo. A coleta de dados nas escolas públicas na área urbana da cidade de Itabaiana, PB, onde três alunos com deficiências físicas teceram informações acerca da aprendizagem e acessibilidade no processo de educação formal. A obtenção dessas informações foi realizada em escolas da rede pública estadual: Escola Estadual Meira Vasconcelos, Escola Estadual Doutor. Batista Santiago e a Escola Estadual Professor Marciel. Tendo por base as informações coletadas no local em que ocorre o fato e o conhecimento inicial do tema.

Para a sistematização e análise dos dados seguimos o caminho metodológico da abordagem qualitativa, considerando-se a importância da interpretação das informações obtidas dos alunos selecionados. Para André (apud ALVES; SILVA, 1992, p. 61) a análise qualitativa “[...] visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem com o captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto”.

O núcleo de interesse do pesquisador tem uma vinculação direta à fundamentação teórica e o contato com a realidade em estudo; no entanto, embora exista uma direção na obtenção dos dados, consideramos a adequação das questões formuladas em relação à vida dos sujeitos. Nesse sentido:

A análise qualitativa se caracteriza por buscar um a apreensão de significados na fala dos sujeitos, interligada ao contexto em que eles se inserem e delimitada pela abordagem conceitual [sic] (teoria) do pesquisador, trazendo à tona, na redação, uma sistematização baseada na qualidade, mesmo porque um trabalho desta natureza não tem a pretensão de atingir o limiar da representatividade (FERNANDES, 1991 apud ALVES; SILVA, p. 1992, p.65).

Para tanto, utilizamos como instrumento de pesquisa o formulário, com o registro das respostas obtidas dos alunos. Outras informações foram registradas como: gestos, interjeições e outras atitudes consideradas importantes para o pesquisador. A coleta de dados norteou a relação à aprendizagem e acessibilidade de alunos com deficiência física à escola, na perspectiva do aluno, em torno de duas questões básicas: Como se dá a relação aprendizagem e acessibilidade na escola? Como se dá a questão de acessibilidade no espaço escolar?

3.1 Participantes da pesquisa

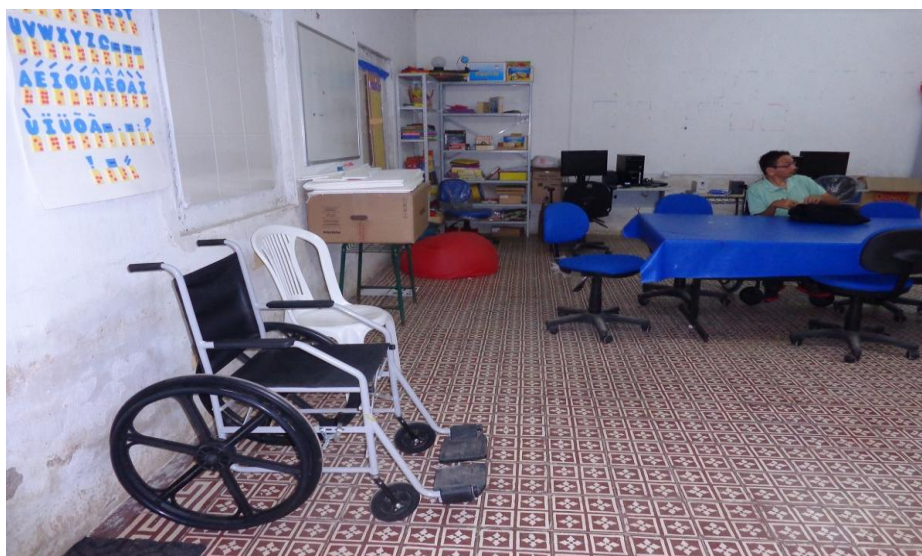
A pesquisa foi realizada em três escolas estaduais: Escola Estadual Meira Vasconcelos, Escola Estadual Professor Maciel e Escola Estadual João Fagundes de Oliveira, todas de ensino Fundamental. Com o objetivo alunos nas escolas públicas da rede estadual de ensino para essa pesquisa, foram selecionados 3 (três) alunos com deficiência física motora, que apresentam dificuldades de locomoção (cadeirantes), em suas respectivas escolas.

4 ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

4.1 O contexto das escolas em estudo

A pesquisa foi realizada nas Escolas Estaduais: Meira Vasconcelos, Professor Marciel e João Fagundes de Oliveira, todas de Ensino Fundamental. As duas primeiras apresentam salas de estudo, equipadas com alguns materiais como exemplos cadeiras de rodas, computadores com teclado diferenciado para as pessoas cegas.

Figura 1: Sala de estudo



Escola Estadual Professor Marciel

Foto: Wellington Candido da Silva.

A sala de estudo é relativamente ampla, o que favorece a locomoção dos cadeirantes no seu interior. Esta sala, geralmente, é direcionada para a atividade de reforço escolar, também usada para recreação e pesquisa em rede de computadores.

Porém, a escola não possui todas as acomodações necessárias para atender aos alunos com deficiência física. A mesa do computador não corresponde às necessidades do aluno cadeirante, é muito baixa. Os braços da cadeira de rodas não se apoiam debaixo da mesa, de aproximadamente 65 cm de altura, o que compromete com a distância do cadeirante em relação ao visor do computador.

Figura 2: Mesa de computador na sala de estudo

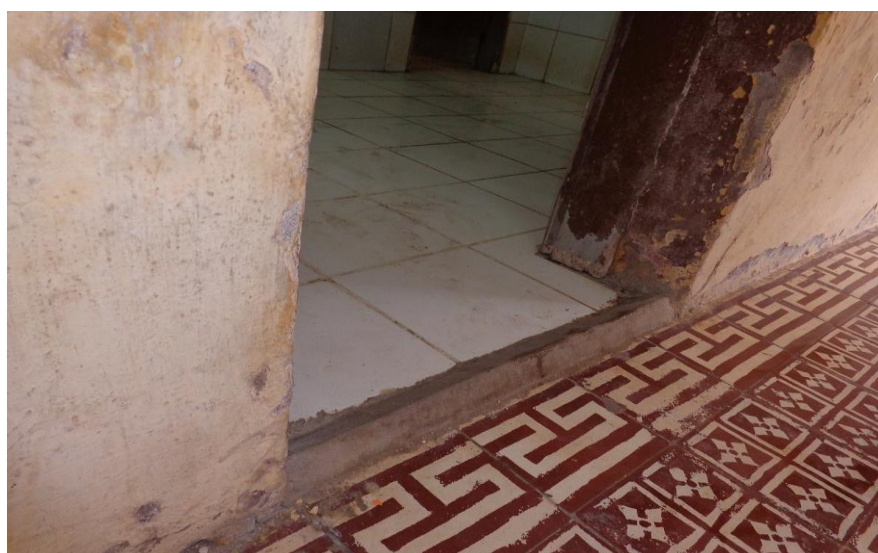


Escola Estadual Professor Marciel.

Foto: Wellington Candido da Silva.

Verificamos a falta de estrutura essencial para a permanência do aluno no âmbito escola, principalmente, devido a sanitários inadequados.

Figura 3: Barreira em entrada de sanitário



Escola Estadual Professor Marciel.

Foto Wellington Candido da Silva.

A maior dificuldade de um aluno que utiliza a cadeira de rodas é para chegar aos banheiros. Nesse caso, uma pessoa de cadeira de rodas ou que utilizasse muleta para locomoção, encontraria dificuldades na entrada do sanitário ou de movimentação nele. Pois, além da abertura da porta não permitir o acesso, há um degrau de aproximadamente 10 cm que não oferece adequada acessibilidade.

As barreiras arquitetônicas são os maiores empecilhos para as pessoas com necessidades educacionais especiais - deficiência física, que fazem uso de cadeira de rodas, bengalas ou muletas para se locomoverem. Não apenas dificultam, mas, muitas vezes, impedem completamente sua inserção na sociedade. Tais barreiras nem sempre são voluntárias, mas sem dúvida, são fruto do imenso descaso e da não obediência às leis vigentes. (A INCLUSÃO, 2006, s. p.).

O que se verifica é que tais dificuldades impedem o processo de autonomia do deficiente físico, isto é, para circular no ambiente da escola dependem de acompanhantes, pois caso assim não o fosse, poderia realizar atividades sem depender de outros. Perguntamos a um dos acompanhantes por essas pessoas na escola sobre essa questão, ele respondeu que devido a esse fato alunos usam fraldas descartáveis.

Figura 4: Entrada do banheiro: porta estreita



Escola Estadual Professor Marciel.

Foto: Wellington Candido da Silva.

As dificuldades de entrada de banheiros se apresentam devido a porta estreita do banheiro, tendo aproximadamente 75 cm de largura.

A inclusão decorre das condições de acessibilidade no contexto do ambiente escolar, mas não significa apenas construir rampas na frente da escola. Quando se trata de inclusão aos alunos, não pode deixar de significar a construção de acesso a banheiros apropriados, bem como a integração desse aluno no processo de aprendizagem.

Os recursos pedagógicos adaptados têm facilitado o aprendizado dos alunos com limitações motoras, como por exemplo: quebra-cabeça imantado, jogos de numerais em madeira, separador para material dourado, caderno de madeira, caderno com elástico e etc. (A INCLUSÃO, 2006, s. p.)

Outros recursos podem ser criados de acordo com as necessidades educacionais dos alunos, conforme a criatividade do professor, tendo em vista favorecer o desempenho dos alunos nas atividades propostas.

O número de alunos especiais que frequenta as escolas é em média 20 crianças e adolescentes. Porém, nem todos frequentam diariamente, pois os professores relatam que ficaria impossível a questão do aprendizado caso eles frequentasse o mesmo horário. Há alunos que além de frequentar a sala especial. Além de alunos cadeirantes existem outros tipos de especiais, como: Dawn, Surdos, Altistas.

Na entrevista, apesar de todas as dificuldades já citadas, percebe-se o quanto eles gostam de estar na escola, porque é um ambiente onde eles encontram pessoas semelhantes e se identificam com elas.

4.2 A perspectiva de alunos sobre inclusão

Pergunta 1: Qual a sua opinião a respeito de sua escola?

Respostas

- Boa. Embora não seja um exemplo de modelo, ela garante o acesso em quase todas as repartições escolar. (a)
- O sanitário não é apropriado, no existe nenhuma adaptações (b)
- A rua que dá acesso à escola também é um fator relevante, calçadas com buracos, e falta de rampas dificultam a chegada na escola (c)

Análise: Para o aluno “a” a escola corresponde a “quase todas” às suas necessidades de acesso às salas disponíveis, enquanto o “b” cita a falta de adaptação ao aluno e o “c” a inadequação da rua de acesso à escola, bem como o acesso de entrada à escola.

O que percebemos inicialmente uma preocupação entre os alunos direcionada às suas situações de acessibilidade. Eles situam, portanto, a prioridade do corpo, provavelmente, no sentido de tomarmos consciência desse complexo “[...] visto como a ‘suprema máquina’ que engloba e resume todas as outras [...] mas [também] limitado e tornado insuficiente para fazer frente às exigências que o cotidiano das sociedades [...]” (STÖER; MAGALHÃES; RODRIGUES (2004, p. 32, grifo do autor). Assim, até que ponto esse cotidiano da escola tem consciência dessa necessidade?

Pergunta 2: Qual a opinião sobre sua escola em relação à acessibilidade para o deficiente físico?

Respostas

- As salas são amplas, espaçosas, material razoável, mas atende o básico para um deficiente físico, mas, aluno com outros tipos de necessidades especiais fica difícil o aprender por falta de material adequado. (a)
- A escola deixa muito a desejar, além dos problemas arquitetônicos, existe problemas com material didático, falta livros adaptados para pessoas com deficiência visual. (b)
- A escola precisa olhar para os alunos com necessidades especiais, além da questão da acessibilidade, existe deficiência da própria escola para a questão didático. (c)

Análise: Há uma unanimidade dos alunos de que a escola carece de acessibilidade. Para o aluno “a”, a acessibilidade ao ambiente da escola está adequada ao deficiente físico. No entanto, tem observado que seus colegas que apresentam necessidades especiais, como: auditiva, visual etc., têm dificuldade de aprendizagem devido à escola não dispor de adequado material de ensino. Este mesmo aspecto é ressaltado pelo aluno “b” e o aluno “c” destaca dificuldades de ensino da escola.

Entendemos que o termo “exclusão” desliza-se na direção das relações de ensino e aprendizagem, enfatizando conteúdos de aprendizagem, segundo a ação da escola, aos alunos necessidades especiais. No entanto, a educação de qualidade é definida como aquela que é acessível e inclusiva, ou seja, que abre oportunidades para grupos historicamente excluídos e promove as reformas educacionais necessárias.

Para Sasaki (2005, p. 40), na “inclusão social [...] a sociedade se adapta para poder incluir, [às] pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir papéis na sociedade”. Neste sentido a inclusão constitui um processo que exige mudanças, adaptações e conhecimentos para uma nova prática docente.

Pergunta 3: Houve alguma adaptação do prédio da escola para atender o aluno com deficiência física? Se sim, Qual (ais)?

Respostas

- Houve sim, construções de rampas e alargamento de portas para cadeirantes. (a)
- Sim, alguns materiais didáticos e, como exemplo: cadeiras de rodas e figuras com sinais em libras. (b)
- Construção de rampas, embora muito longe do padrão desejado. (c)

Análise: Embora os alunos respondentes afirmem que nas suas escolas houve alguma iniciativa de adequação para atender ao aluno com deficiência física, os resultados ainda se distanciam de serem considerados satisfatórios.

Assim, o posicionamento dos alunos pode estar relacionado ao questionamento quanto às possibilidades do seu próprio corpo e não às adaptações realizadas pela escola. No entanto, a educação de qualidade é definida como aquela que é acessível e inclusiva, ou seja, que abre oportunidades para grupos historicamente excluídos e promove as reformas educacionais necessárias. Daí, a importância da observância dos padrões legais de acessibilidade estabelecidos para o deficiente físico.

Pergunta 4 e 5: Quais os tipos de dificuldades que você enfrentada ao transitar pelos espaços da escola? Quais presenças de obstáculos enfrentados por você na escola?

Respostas

- Entrada da escola, banheiro, laboratório, biblioteca, cantina, portas estreitas, espaço entre mesas ou cadeiras (a)
- Difícil acesso aos bebedores (b)
- Não existem rampas na entrada de algumas salas de rampas (c)

Análise: Observamos nestas respostas um acréscimo da relação de dificuldades já anteriormente citadas pelos alunos. As dificuldades (ou obstáculos) que, geralmente, ocorrem para o deficiente físico em transitar no ambiente escolar.

Quando temos algum contato com alunos com necessidades especiais, percebemos as dificuldades de locomoção, comunicação, visualização dentre outras, o que podemos concluir sobre a importância de políticas voltadas para a conscientização e respeito entre as pessoas e a acessibilidade às pessoas especiais.

Pergunta 6: A falta de acessibilidade interfere na sua aprendizagem? Por quê?

Respostas

- Interfere sim, tira o estímulo de aprender, já que as dificuldades são enormes. (a)
- Sim, sem banheiros não podemos permanecer o tempo integral na escola. (b)
- Sim, a falta de acessibilidade até chegar à escola já é um caminho para a desistência. (c)

Análise: Mediante as respostas dos alunos, constatamos que além das dificuldades de acesso à escola e no ambiente da escola, a falta de acessibilidade tem significativa interferência na aprendizagem do aluno com deficiência física.

Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, CNE/CEB de setembro de 2001, no artigo 2º determinam que: “Os sistemas de Ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento ao educando com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”. (RESOLUÇÃO..., 2001, s.p.).

Pergunta 7: Quais adaptações no prédio da escola facilitariam de alguma maneira sua aprendizagem?

Respostas

- Rampas, balcões, portão, banheiros adaptados. (a, b, c)

Análise: Verificamos que a relação de adaptações no ambiente escolar, consideradas pelos alunos, que poderia contribuir para a aprendizagem, trata do mínimo necessário ao aluno de deficiência física. As adaptações de acessibilidade são elementos mais considerados pelo aluno que apresenta deficiência física. “É muito importante lembrar que o termo acessibilidade diz respeito não apenas à eliminação de barreiras arquitetônicas, mas também ao acesso à rede de informações, de comunicação, equipamentos e programas adequados” (A INCLUSÃO..., 2006, s. p.). Portanto, as experiências individuais e socioculturais precisam, também, serem consideradas quando se trata da aprendizagem.

Pergunta 8: Em sua opinião as adaptações no espaço da escola facilitariam ou não facilitariam de alguma maneira a sua aprendizagem? Por quê?

Respostas

- Facilitaria sim, daria muito mais segurança da questão da mobilidade dentro da escola. (a)
- Facilitaria sim, chegaria à escola sem tanto stress e ajudaria na concentração. (b)
- Facilitaria sim, a escola seria um lugar muito mais feliz. (c)

Análise: Mais uma vez os alunos que responderam ao formulário, reafirmaram que as adaptações no espaço da escola facilitaria a aprendizagem. A mediação da acessibilidade para o deficiente físico destaca-se como possibilidade de aprendizagem.

Em linhas gerais podemos entender é que essas adaptações poderão lhes trazer maior segurança de locomoção; isto os levaria a diminuir a ansiedade, decorrente do medo de cair, se machucar, do espaço de tempo etc.; e conseqüentemente, a escola atenderia às suas necessidades. Tais atendimentos de adaptações lhes proporcionaria a felicidade.

Pergunta 9: Alguma vez você procurou alguém responsável pela escola para solicitar mudanças necessárias no prédio da escola?

Respostas

- Sim. Ouvi que as reformas necessárias estavam por vir. Porém, esse vir é muito lento. (a)
- Sim. Mas, as mudanças era projeto futuro (b)
- Sim. Mas, sem previsão para acontecer (c)

Análise: O que o que observamos é que os alunos respondentes parecem desanimados diante da possibilidade de mudanças necessárias no prédio da escola. A efetivação dessas mudanças que “estão por vir”, com a perspectiva de que se dá muito lentamente ou “sem previsão para acontecer”.

Pergunta 10: O (A) Diretor (a) está preocupado (a) com a questão da acessibilidade no prédio da escola? Por quê?

Respostas

- Nem tanto, afinal participamos poucos da vida escolar. (a)

- Não, vejo pouco empenho por parte dos gestores (b)
- Ele não pode fazer nada, pois a mudança não depende deles (c)

Análise: Quanto à primeira questão: O diretor (a) está preocupado com a acessibilidade do prédio da escola? As respostas dos alunos não foram afirmativas. Ou seja, para os alunos respondentes a direção não está preocupada, está pouco preocupada ou não pode fazer nada em relação à acessibilidade do prédio da escola. Quanto ao “Por quê” desse **não** interesse, **pouco** interesse e **não competência** do (a) diretor (a) à questão da acessibilidade do aluno no prédio da escola, as respostas dos alunos fazem referência “a falta de algo”: a falta de participação do deficiente físico na escola; a falta de empenho dos gestores e de autoridades competentes às reais efetivação das mudanças necessárias no prédio da escola para o deficiente físico.

Chamou a atenção durante a coleta de dados o que diz respeito do aluno com deficiência física se considerar pouco participativo na escola, são necessárias adaptações no ambiente. É possível que por esse motivo o aluno não tenha uma maior participação na escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste estudo podemos verificar a importância do conhecimento sobre alunos com deficiência física para uma escola inclusiva. Portanto, a busca incessante de novos conhecimentos e sua disseminação, na tentativa de minimizar as barreiras que dificultam o processo de inclusão.

Através das leis a serem seguidas frente a situações específicas tem-se a inclusão. O poder da efetivação de políticas públicas poderá contribuir para assegurar direitos e deveres para a educação inclusiva dando-lhes direitos cumpridos e punidos a governantes que não fornecer condições favoráveis para que pessoas com alguma deficiência não frequente o ambiente escolar.

Toda e qualquer criança tem o direito a uma escola de qualidade e igualdade, nenhuma criança deve ser olhada com indiferença porque necessita ou não de cuidados especiais. Todas são iguais perante a lei, todas sonham em brincar com liberdade, correr, pular, sorrir e todas tem o dever de ser educados e orientados em escolas com igualdades para todos. As leis para alunos com deficiência física para que faça parte da escola inclusiva apresentam possíveis adaptações no ambiente escolar e estratégias de ensino às necessidades desse aluno.

O que se podemos observar nessa pesquisa, é que alunos com necessidades especiais estão cada vez mais ansiosos por adaptações na estrutura física da escola para suprir suas necessidades de locomoção. Porém, esta transformação do ambiente escolar é realizada muito lentamente. Embora existam leis que obriguem os gestores a investir em reformas adaptativas para que esses alunos possam ter o direito de ir e vir dentro das suas respectivas escolas, realização efetiva da escola inclusiva corresponde as autoridade competentes.

O estudo possibilitou maior entendimento dos desafios de alunos com deficiência física para se chegar às respectivas escolas e a luta para se manter nelas. Para este educando a aquisição do conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, faz-se necessário criar as condições adequadas à sua locomoção, conforto e segurança. Pois, na percepção dos alunos face à falta de adaptações na estrutura física na escola os alunos que se confundem com as reais condições de ensino e aprendizagem.

Não basta fazer campanhas para que o aluno procure fazer sua matrícula, é preciso dar condições desses alunos tenham condições em permanecer nesse espaço com todas as condições necessárias para o seu aprendizado. Pois, a educação de qualidade deve ser concebida como aquela que é acessível e inclusiva; que promove reformas educacionais necessárias; que

possibilita o direito a oportunidades igualitárias aos alunos que apresentam necessidades especiais.

Portanto, é preciso investir mais, que as leis sejam cumpridas, de profissionais capacitados. Professores criadores de estratégias e recursos de ensino, adaptadores das circunstâncias. Só assim os nossos alunos que precisam de cuidados especiais possam sentir-se mais seguros e confiantes, realizar seus sonhos de futuro.

REFERÊNCIAS

A INCLUSÃO escolar de alunos com necessidades educacionais especiais deficiência física. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2004.

ANDRÉ, M. E. D. A. Texto, contexto e significado: algumas questões na análise de dados qualitativos. In: ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, n.2, p. 62, fev./mar. 1992. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/> >. Acesso em: 13 set. 2014

AMPUDIA, R. O que é deficiência física? **Revista Nova Escola**, ago. 2011. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

AS LEIS sobre diversidade. **Nova Escola**. Disponível em:< <http://revistaescola.abril.com.br/>. Acesso em: 5 jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Especial. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Brasília: MEC/SEE, 1961.

_____. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora com Deficiência. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, Corde, 1994.

_____. Casa Civil. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: CC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 12 maio 2010.

_____. Casa Civil. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: CC, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 17 jul. 2010.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.>>. Acesso em: 25 jun. 2014.

_____. **Decreto 3.298 de 20.12.1999**. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/dpdm/acorde/dec3298.htm>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

FERNANDES, M. E. Memória Camponesa. In: ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, n.2, p. 62, fev./mar. 1992. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/> >. Acesso em: 13 set. 2014

FIGUEIREDO, R. V. A educação infantil e a inclusão escolar. Heterogeneidade, cultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília: SEE, v.15, n.1, p.121-140, jan/abr. 2009.

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. 6. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.

STÖER, S. R; MAGALHÃES, A. M; RODRIGUES, D. **Os lugares da exclusão social:** um dispositivo de diferenciação pedagógica. São Paulo: Cortez, 2004.

APÊNDICE: Modelo de formulário para o aluno com deficiência física motora



QUESTÕES

- 1) Qual a sua opinião a respeito de sua escola?

- 2) Qual a opinião sobre sua escola em relação à acessibilidade para o deficiente físico?

- 3) Houve alguma adaptação do prédio da escola para atender o aluno com deficiência física?
Se sim, Qual (ais)?

- 4) Quais os tipos de dificuldades que você enfrentada em transitar pelos espaços da escola?
 - () entrada da escola
 - () banheiro
 - () laboratório
 - () biblioteca
 - () sala de aula
 - () secretaria
 - () diretoria
 - () cantina
 - () Outros. Qual (is): _____

- 5) Quais presenças de obstáculos enfrentados por você na escola?
 - () portas estreitas
 - () degraus
 - () espaço estreito entre mesas ou cadeiras
 - () tampa de esgoto
 - () piso escorregadio
 - () outro Qual? _____

- 6) A falta de acessibilidade interfere na sua aprendizagem?
Por quê?
- 7) Quais adaptações no prédio da escola facilitariam de alguma maneira sua aprendizagem?
- () rampas
 - () corredores
 - () balcões
 - () portão
 - () corrimão
 - () Outro, Qual? Banheiros adaptados
- 8) Em sua opinião as adaptações no espaço da escola facilitariam ou não facilitariam de alguma maneira a sua aprendizagem? Por quê?
- 9) Alguma vez você procurou alguém responsável pela escola para solicitar mudanças necessárias no prédio da escola?
- 10) O (A) Diretor (a) está preocupado (a) com a questão da acessibilidade no prédio da escola? Por quê?

Luis Antonio da Silva